



PROBLEMAS POLÍTICOS-SOCIAIS DOS GOVERNOS NEOLIBERAIS BRASILEIROS PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988¹

POLITICAL-SOCIAL PROBLEMS OF THE BRAZILIAN NEOLIBERAL GOVERNMENTS AFTER THE CONSTITUTION OF 1988

Eduardo Marafiga Martins²

Oswaldo Nascimento Da Silva Rabelo³

RESUMO

O tema retratado no presente resumo, diz respeito ao Liberalismo moderno no contexto brasileiro. Tendo a pretensão de explanar a importância da realidade político-social que governos neoliberais trouxeram ao País no período pós constituição de 1988, além de, exaltar os pensamentos que formaram o cenário analisado neste resumo. A partir deste, aborda-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, baseada em artigos, monografias, doutrinas e pensamentos de grandes nomes do liberalismo. O trabalho em questão se encaixa na segunda linha de pesquisa da FADISMA, a qual aborda o constitucionalismo no contexto presente. O desfecho se dá a partir das problemáticas verificadas no Brasil nas últimas décadas em questão, ocasionando divergências políticas e problemas sociais que, por fim, necessitam de retificações para assim uma perspectiva positiva ao povo.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988. Liberalismo. Neoliberalismo. Problemas sociais.

ABSTRACT

¹ Resumo elaborado para submissão na semana acadêmica da FADISMA-ENTREMENTES

² Coautor e apresentador do presente trabalho. Acadêmico do 3º semestre da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Endereço eletrônico: e.marafiga.m@gmail.com

³ Autor e apresentador do presente trabalho. Acadêmico do 3º semestre da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Endereço eletrônico: osvaldosrabelo@hotmail.com



The present abstract talks about the modern liberalism in the Brazilian social context. Having the pretension to explain the importance of the political-social reality that neoliberal governments brought to the country in the post-constitution period of 1988. Besides, to exalt the great thinkers that formed the analyzed scenario, studying by means of abstract, monographs, doctrines thoughts and important names of the modern liberalism. The present work communicates with the second line of the FADISMA research, which addresses the constitutionalism in the present context. The result is based on the perception of multiple problems in Brazil in the last decades, causing political divergences and social problems that, in the end, need corrections for a positive perspective for the people.

Keywords: Federal Constitution of 1988. Liberalism. Neoliberalism. Social problems

INTRODUÇÃO

Este resumo começa a partir da constituição federal de 1988, porém, apenas em 1990 (com a posse do primeiro presidente eleito pós a redemocratização), Fernando Collor de Melo inicia o primeiro governo “neoliberal” brasileiro. Collor de Melo impôs bruscamente o receituário neoliberal. O choque foi forte, ocasionando, em meio ao avanço de uma recessão econômica, reações ideológicas tanto à direita quanto à esquerda política, que terminou levando à interrupção de seu governo por meio de impeachment.

Assim, o neoliberalismo foi interrompido até a eleição de Fernando Henrique Cardoso ao governo federal, o qual colocou em prática ações as quais visava abertura econômica do País, com privatizações, reajustes fiscais, reformas de base entre outros, sendo apoiado com a redução da inflação devido a criação da nova moeda, o Real; Entretanto seu governo implicou precarização de políticas sociais, ocasionando assim uma crise política e a ascensão do candidato sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva ao governo do Brasil, o qual lutava por trabalhadores e estatização de empresas, inflando a máquina pública, porém ao contrário de suas ideologias, Lula não seguiu seus planos de maneira coerente, sendo responsável também por algumas ações políticas neoliberais.



Os objetivos destacados no texto contribuirão para o esclarecimento do público, pois, irão tratar desde a forma de criação do Estado neoliberal e os casos que os sucedem, é importante salientar as políticas sociais que estes governos trouxeram ao Brasil, e sua preocupação em muitas vezes com a economia, deixando de lado grande parte da população.

Já os Métodos para a formulação desse texto serão pesquisas bibliográficas e uma base dos fatos já acontecidos. O Método de Abordagem utilizado será a forma dedutiva, chegando na devida conclusão. Já os Métodos de Procedimento serão de maneira histórica, pois, irá abordar a forma de criação do Estado. O projeto encaixa-se na segunda Linha de Pesquisa da instituição: Constitucionalismo e Concretização dos Direitos.

Ademais, o presente trabalho irá abranger a política presente nos anos 90/00 como um todo, de maneira a tratar suas causas e consequências; dessa forma, admite-se que a dinâmica dessas administrações impulsionou de maneira clara a consolidação da visão político-econômica neoliberal na sociedade brasileira, por meio do enxugamento das esferas públicas e reformas fiscais. Quanto às implicações sociais mais incisivas desse percurso de caráter regressivo, salienta-se o processo de precarização das políticas sociais, e inúmeras medidas impopulares.

1. HISTÓRIA DO LIBERALISMO JUNTO À METAMORFOSE DO NEOLIBERALISMO

A origem do Liberalismo não tem uma data definida, pode-se dizer que seu nascimento se deu no processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Na sua essência, o liberalismo para Og Leme (1996, p.1), pode-se entender três coisas: 1. O liberalismo é uma visão de mundo, aquilo a que os alemães chamam de *weltanschauung*, de acordo com a qual a vida humana apenas faz sentido em liberdade; 2. É uma doutrina, isto é, um conjunto sistematizado de ideias, valores, princípios e conhecimentos sobre a importância radical da liberdade e das instituições que a tornam possível; 3. É um movimento político,



partidário ou não, favorável ao estabelecimento de uma ordem liberal baseada naquelas instituições garantidoras dos direitos individuais.

Montesquieu (1689-1755), jurista francês, criou e sistematizou a doutrina sobre a divisão dos poderes na obra *O espírito das leis*. O texto trata do funcionamento dos regimes políticos pautados na visão de liberdade.

Entende-se ainda que o liberalismo é caracterizado pelo processo democrático, onde entende-se a liberdade política, com eleições periódicas.

A origem do termo “liberalismo” vem do latim *liber*, cujo significado remete-se ao termo “livre”, numa alusão à filosofia de liberdade, e surgiu como uma contraposição às sociedades monárquicas absolutistas, com um cunho essencialmente político. Christian da Silva (2010, p. 21)

Liberalismo, segundo Stewart Jr. (1988, p. 69) trata da melhoria das condições de vida da população, que por meio da liberdade, leva a inexistência de coerção dos indivíduos sobre indivíduos.

[...] Apesar de importante ator social, o Estado não deve ser colocado num patamar endeusado, a exemplo das teorias apregoadas por Hegel. No cenário neoliberal, o Estado deixa de ser o detentor poderoso dos meios de produção, passando a ser mais um ator do ponto de vista econômico e um protetor da propriedade privada dos meios, baseado na promoção da paz como ponto de sustentação dos direitos individuais[...] Von Mises (1987, p. 39)

Com o viés de tratar sobre o neoliberalismo, o qual nasceu após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e foi uma reação teórica contra o Estado de bem-estar social., Friedrich Hayek escreve *O Caminho da Servidão* em 1944.

Hayek não estava sozinho neste grupo, em 1947 convocou vários teóricos que compartilhavam com suas ideias para uma reunião numa pequena estação de Mont Pélerin, na Suíça. Dentre os teóricos participantes destacam-se: Milton Friedman, Karl Popper, Leonel Robbins, Ludwind Von Mises, Walter Lipman e outros. As críticas ao Estado de bem-estar social se referem à destruição da liberdade dos cidadãos, pois, segundo eles, a desigualdade é um valor positivo na ideologia neoliberal. Os neoliberais retomam a proposta do Estado minimalista, ou seja, a não preocupação com a saúde, educação, previdência social. A ação se restringe ao policiamento, justiça e à defesa nacional. (FERNANDES LIMA, 2005, p.2)

Em vista disso é importante destacar que o primeiro governo ocidental democrático a adotar o neoliberalismo foi o de Margaret Thatcher. Em seguida vieram os governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e Helmut Kohl, na Alemanha.



2. NEOLIBERALISMO BRASILEIRO APÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

O ambiente econômico do Brasil que é baseado pela hiperinflação e a democratização após o regime militar facilitou com que as ideias neoliberais se disseminassem, segundo Stewart Jr. (1988, p. 89) o neoliberalismo foi impulsionado por institutos liberais, onde fundamentavam-se em alguns pilares como liberdade, propriedade, democracia e economia de mercado.

O escritor Emir Sader (apud SADER; GENTILLI, 1998, p. 37) cita que, no Brasil, o neoliberalismo sobreviveu pelo principal motivo de a esquerda não conseguir gerar alternativas para esse modelo e retrata o aumento da participação do Estado na economia.

A necessidade de formar sujeitos para serem livres dentro de uma lógica de mercado se impunha como condição de vida. Liberdade usada no sentido de livre mercado se estabelecia como regra para a produção, assim como para o consumo. Diante de práticas neoliberais, o Estado deve ser mínimo quanto aos processos econômicos e financeiros. Ele deve, também, garantir condições para que os sujeitos se sintam interpelados pela onda de concorrência típicas das ações de livre mercado, bem como deve educar a população para que essa se mobilize para empreendimentos de caráter social e solidário. Cada vez mais os sujeitos devem se ocupar de si mesmos, com a finalidade de garantirem para si as condições que antes eram garantidas pelas políticas sociais de Estado. (VEIGA-NETO, 2011, p. 295).

Dois fatores poderiam explicar o aumento da proporção da participação do Estado na economia: aumento dos gastos sociais com o desemprego e aumento demográfico dos aposentados na população. Sader e Gentilli (1998, p. 15)

Ainda sobre a crescente participação do Estado na economia, foram apresentados bons resultados em indicadores econômicos, porém alguns objetivos de organizações sociais não foram alcançados. Por exemplo, as taxas de crescimento das economias dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostraram dados muito abaixo do normal para a década de 1980, onde em 1950 e 1960 foram observados índices muito mais positivos.



3. PROBLEMAS POLÍTICOS-SOCIAIS DOS GOVERNOS NEOLIBERAIS APÓS CF.88

O ápice do governo de Fernando Collor de Mello em 1990 marcou a entrada do modelo neoliberal ao Brasil, onde aderiu ao país a economia globalizada.

A crise da hiperinflação e a crise fiscal foram amenizadas, em 1994, na administração Itamar Franco, com o Plano Real, cujo autor foi FHC. Quando este assumiu a Presidência da República, foram aprofundados os fundamentos neoliberais da economia brasileira com as privatizações de companhias estatais. Foi criado ainda o Sistema Único de Saúde (SUS) e universalizado o ensino básico, apesar do alinhamento ao modelo neoliberal.

De acordo com Maria Porto (2013), os desdobramentos da política econômica patrocinada por FHC, em seu obsessivo propósito de contenção, a qualquer custo do déficit público, tiveram implicações desastrosas sobre as políticas sociais, na medida em que resultaram na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos mais pobres

A hiperinflação que foi um trauma para o brasileiro no início dos anos 90, foi amenizado no ano de 1994, por Itamar Franco, onde tal lançou o projeto de FHC do Plano Real e com isso, se aprofundou os princípios neoliberais. Neste mesmo governo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS).

O neoliberalismo afetou, e ainda afeta, seriamente, a capacidade do governo de executar políticas públicas de caráter redistributivo e entregou para o mercado a responsabilidade de prover serviços previamente delegados ao Estado, trazendo sérias consequências para países com imensas populações pobres que não podem pagar por serviços (GOMEZ, 2000).

Essas políticas representaram avanços em questões sociais, mas mesmo assim mais de 50 milhões de brasileiros ainda vivem em situação de privação e necessidades.

No caso brasileiro, para o desenvolvimento ser adjetivado como sustentável, a aposta é que seja estabelecida uma aliança informal entre Estado e setor produtivo – detentor do capital, da capacidade industrial, do conhecimento técnico e organizacional. Essa aliança, se considerada com seriedade, poderá possibilitar níveis de desenvolvimento



socioeconômico o Governo Federal parece ter reconhecido a importância do setor produtivo para o desenvolvimento do País ao adotar um modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) – popularizadas nos Estados Unidos na década de 1970 para o enfrentamento da crise gerada pelo embargo da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) (SILVA, 2010, p.30)

Luís Inácio Lula da Silva se candidatou a presidência, e mesmo com apoio dos setores populares sabendo que o partido em que tal estava era de esquerda, acabaram elegendo este. O governo aprofundou ainda mais os ideais neoliberalistas e também se comprometeu a apoiar a população mais desfavorecida do Brasil.

Em primeiro plano, surge o Governo Federal, que, no decorrer dos últimos 15 anos do século XX, implementou políticas públicas de educação, saúde, renda mínima, reforma agrária e crédito, mudanças estas que têm um papel essencial na habilitação das parcelas mais pobres da sociedade para a sobrevivência no mercado capitalista, apesar de essa não ser uma opinião unânime entre diversos autores (SILVA, 2010 apud BRESSER PEREIRA; WILHEIM; SOLA, 2001, p.30).

Portanto para Liberati (2013, p. 105) o ideário neoliberal trouxe, como consequência, na sociedade brasileira, uma triste e longa história de dependência e subordinação ao capital internacional. O resultado disso se reflete, frontalmente, no exercício dos direitos sociais, pela ausência de políticas públicas e vem expresso no acirramento das desigualdades sociais, na desregulamentação dos direitos fundamentais, em especial o direito do trabalho, e no agravamento da pobreza, da exclusão e da violência.

CONCLUSÃO

O presente resumo teve finalidade de explanar o neoliberalismo brasileiro após a Carta Magna (CF.88) assim, entende-se que o mesmo trouxe arranjos e desarrajos para a sociedade do País, é importante destacar que alguns dos presidentes com características neoliberais não apenas fez sua administração com coerência teórica como também são exemplos práticos de modelos neoliberais, no entanto nota-se neste texto, que apesar de avanço econômico, o avanço social foi pífio, sendo alvo de muitas críticas tanto no governo de FHC como no de Lula.

No Brasil, sobretudo por meio da crise do Estado e do mecanismo da dívida pública interna, resultado da abertura do mercado externo em suma, nos governos neoliberais de fato.



Frente a esses processos de crises, os apologistas neoliberais difundiram a aceção de que o Estado se constitui um agente subordinado aos monopólios empresariais, apenas podendo ser compreendido como uma extensão do privado. Em virtude disso, divulgaram a falsa idéia da superioridade do privado em relação ao público, desqualificando, assim, o imprescindível papel assumido pelo Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Logo, conclui-se que é necessário retificações nos modos de governos, frisando em maior importância, o caráter social, pois assim como preconiza a CF.88 no seu art. 5º, pelo qual: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, deve-se priorizar os direitos básicos do homem e não do capital, sobretudo em grandes empresas, as quais por muitas vezes não colaboram com o desenvolvimento social. Espera-se assim, que os problemas sociais evidenciados nos governos neoliberais tenham uma solução e cresçam assim como a perspectiva econômica.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, J. A. Ghilhon. **Montesquieu: sociedade e poder**. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES LIMA, M. **Liberalismo clássico, origens históricas e fundamentos**; Curitiba, 2005. Disponível em: <
<https://pt.scribd.com/document/61628138/LIBERALISMO-CLASSICO-ORIGENS-HISTORICAS-E-FUNDAMENTOS> > Acesso em: 11 nov 2017.

GOMEZ, J. M. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOURENÇO, M. S. **Políticas públicas e desenvolvimento**. In: SILVA, C. L.;

LIBERATI, W. **Políticas públicas no Estado constitucional**; Atlas, 04/2013. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <



<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477654/> > Acesso em: 10 nov 2017.

MENDES, J. T. G. (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PORTO, M. **ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: implicações para as políticas sociais**; 2013. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf > Acesso em: 11 nov 2017.

SILVA, C.D. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. Saraiva, 06/2010. [Minha Biblioteca]. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502124950/> > Acesso em: 13 nov 2017.

STEWART Jr., D. **O que é liberalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

VEIGA-NETO, G. **Foucault: filosofia & política**, 1st edição. Belo Horizonte; Autêntica, 2011. [Minha Biblioteca]. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582170021> . > Acesso em: 13 nov 2017.

VON MISES, L. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.